

Conjuntura ofusca visão estratégica

JOSÉ PASCHOAL ROSETTI

A gravidade da situação conjuntural da economia brasileira, notadamente o risco ainda não afastado de uma hiperinflação, tem bloqueado reflexões sérias e profundas sobre as potencialidades estratégicas que estão se consolidando a partir de mudanças de alta significação no cenário internacional. Examinar essas potencialidades como novas oportunidades ambientais é, sem dúvida, um exercício mais saudável do que a busca de salvaguardas e defesas para a turbulenta travessia de curto prazo. Isto porque, por vias traumáticas ou por prolongado ajustamento gradualista, a crise conjuntural desaguará em algum tipo de solução ou fator de ruptura. Subsistirão então fortalecidas ou enfraquecidas, as organizações que procuraram antecipar-se e adaptar-se às novas condições internacionais. E, como um todo, refletindo as visões estratégicas de suas mais dinâmicas organizações, a economia brasileira poderá enfraquecer-se ou fortalecer-se no decurso do próximo ciclo expansionista que, com alta probabilidade, caracterizará a economia mundial nos anos 90.

Em síntese: em paralelo à busca de um modelo (gradualista ou traumático) de ajustamento conjuntural, é vital repensar a posição do Brasil na economia mundial. Se as perplexidades do desequilíbrio macroeconômico interno ofuscarem antecipações estratégicas, o Brasil e seus mais dinâmicos grupos empresariais correm o risco de progressiva marginalização no cenário internacional.

A economia mundial, após prolongado ciclo de ajuste pós-choques dos anos 70, poderá restabelecer nos anos 90 um novo ciclo de expansão, cuja motivação maior é a reversão do interventionismo do Estado, uma das mais significativas megatendências deste final de século, da qual resultará a reinstauração das idéias liberais nas tradicionais economias de mercado e sua instauração nos sistemas socialistas de comando centralizado.

São muitas as implicações desta reversão. Seus resultantes reordenamentos envolverão pelo menos os dez seguintes pontos cruciais: 1. inversão de posições, quanto aos mecanismos de ligação sociedade-Estado: do maior controle do Estado sobre a sociedade para maior controle da sociedade sobre o Estado; 2. desburocratização das relações governo-economia; 3. deregulamentação dos comandos centrais, envolvendo relações contratuais e de mercado; 4. privatização das estruturas de produção; 5. privatização dos processos de acumulação; 6. liberalização dos fluxos mundiais de

comércio e maior mobilidade internacional de capitais, tecnologia e processos gerenciais; 7. modernização de plantas de produção, apoiada em tecnologias de ponta e em internacionalização do processo produtivo; 8. busca de maior competitividade internacional, a nível de produtos e de preços; 9. busca de novas tecnologias não burocráticas de gerenciamento, que resultem maior produtividade; e 10. maior integração internacional.

O sentido de direção desse reordenamento, já suficientemente firme e nítido, é liberalizante, embora de traços moderados, ajustados aos anseios participativos da sociedade e subordinados a um conceito novo que se esboça — o de liberdade social. E o seu resultado último deverá ser o restabelecimento do realismo de mercado, contraface dos artificialismos produzidos por variada gama de intervenções e de controles centralizados.

Alinhadas a este novo sentido de direção, saltam à vista revisões estratégicas que já estão sendo introduzidas em economias das mais diferentes matrizes ideológicas. Enquanto países do polo asiático (Japão, Coréia do Sul, Hongkong, Taiwan e Cingapura, além de, prospectivamente, Malásia, Tailândia e Indonésia) testemunham a força de estratégias industriais modernas, informatizadas, preponderantemente privatas e desburocratizadas, as economias de gestão centralizada da URSS, da Europa Central e da China Continental partem em direção a revitalizante processo de liberalização. Na URSS, pelos seus efeitos testemunhais, a glasnost/perestroika parece ir além das antecedentes experiências de abertura da China pós-Mao e do pioneiro processo de autogestão da Iugoslávia.

Alinha-se à mesma estratégia revisionista os programas de privatização implantados em economias industriais maduras como as da Inglaterra e França, bem como a revisão do papel do Estado nas modernas democracias participativas do bloco ocidental. Vinculam-se também a esta estratégia a integração plena da Comunidade Econômica Europeia projetada para 1992, o acordo de livre comércio EUA-Canadá, bem como os ensaios de integração dos países do Bloco Andino, do Cone Sul e da Oceania.

É verdade que ainda não foram inteiramente removidos os efeitos perversos sobre a economia mundial exercidos pelos choques de oferta do petróleo (1973-74 e 1979) e do choque internacional dos juros (1979-81), sintetizados em um endividamento mundial de altas proporções e em generalizado achatamento das taxas de crescimento econômico. Mas, em contrapartida, caracteri-

zando uma fase típica de transição, há razões para que se aposte em provável onda expansionista nos anos 90. Seu ponto de fundo é a revisão liberalizante e sua impulsão básica é a integração de mercados nacionais. Resultantemente, já superada a radicalização ideológica Leste-Oeste, deverão consolidar-se quatro grandes blocos econômicos, de alto desempenho e de propagação multiplicadora positiva sobre os níveis mundiais de emprego, produção e renda: 1. EUA-Canadá e (perifericamente) México, que se manterá como maior mercado mundial a médio prazo, contabilizando no inicio dos anos 90 um PNB global de US\$ 5,0 trilhões; 2. Comunidade Econômica Européia, que globalizará um PNB de US\$ 4,0 trilhões e que estimulará, via fusões, privatização e modernização, a competitividade industrial internacional, dando origem a novos gigantes na comunidade mundial dos negócios; 3. URSS, Europa Central e China Continental, globalizando um PNB de US\$ 3,4 trilhões, que buscará o incremento de seus fluxos bilaterais de comércio externo e estimulará a demanda interna em um mercado potencial de 1,4 bilhão de consumidores ávidos por novos padrões de consumo; e 4. Japão e novas potências emergentes do Pacífico, bloco que se antecipou ao ciclo expansionista dos anos 90, detendo agora alta capacidade de acumulação de cambiais, que poderá dar sustentação a seus crescimentos internos e a novas alianças internacionais.

A atuação articulada desses quatro blocos, em defesa de seus interesses comuns, poderá, a médio prazo, contrapor-se e substituir a atuação dos atuais 7 Grandes (EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália, Inglaterra e Canadá). Nos fóruns internacionais de negociação econômica, interesses específicos de países deverão ceder crescente espaço a interesses estratégicos de blocos de integração.

Sob pontos de vista estratégicos e de desempenho a longo prazo, as posições de países não integrados a um desses quatro blocos poderão resultar enfraquecidas, caso: 1. não consigam mobilizar-se para constituírem-se em novos blocos de integração, seja em decorrência da simetria de suas economias (casos do Cone Sul e do Bloco Andino), de anacrônicas disputas ideológicas (casos da América Central e da África Negra) ou de beligerância (Oriente Médio); 2. insistam em manter-se pseudoprotegidos por posturas nacionalistas; e 3. não desenvolvam capacitação política e posturas estratégicas que os tornem participantes e parceiros ativos do possível ciclo expansionista dos anos 90.

O Brasil pode enredar-se nessas

três limitações, simultaneamente. Não obstante a primeira independa de suas próprias posturas, as duas últimas são passíveis de superação, mesmo à presença de disposições constitucionais algo anacrônicas e desalinhadas do reordenamento mundial em curso. Quanto a estas disposições, cabe regulamentá-las com alta dose de flexibilização adaptativa, abrindo espaços para internacionalização/integracionista dos segmentos mais dinâmicos da estrutura produtiva do país. Mais até: cabe formular um projeto estratégico que defina as posições que o Brasil poderá ocupar na dinâmica econômica dos anos 90, em cada um dos quatro principais blocos que darão sustentação ao ciclo expansionista que se aproxima. A não formulação de um projeto dessa envergadura implicará a não superação das limitações consideradas e

a rendição do país aos avanços estratégicos de potências emergentes. Enquanto nos anos 50, 60 e 70, os programas de ação do governo em economias emergentes preocupavam-se essencialmente em estabelecer condições para o crescimento interno, via remoção de pontos de estrangulamento e fixação de novos pólos de germinação, nos anos 90, caberá formular, mais do que programas de ação introspectivos, projetos estratégicos de abertura a joint-ventures e a capital-ventures, notadamente para setores de nitida vantagem competitiva do país.

Sob a ausência de projetos dessa envergadura, seja por incapacitação da estrutura político-partidária de poder, seja por insistência em soluções heterodoxas de efeitos epidêmicos e de curto prazo, o crescimento econômico do Bra-

sil poderá permanecer rastejante nos anos 90 (digamos, à pessimista taxa de 2,5% anuais). Ou ainda: em resposta a soluções medrosas e medianamente inteligentes, pode-se esperar por um crescimento mediano (digamos, de 4,5% anuais, abaixo da taxa histórica dos últimos trinta anos). Ou então, como hipótese mais otimista, à presença de um projeto nacional, operacional para o ajuste interno e estratégico para o alinhamento internacional, poderá a economia reencontrar-se com sua taxa histórica de crescimento (em torno, digamos, de 6,5% anuais).

José Paschoal Rossetti é consultor de empresas, associado de Gaj & Lenhard. Ex-professor da PUC-SP, PUCAMP e Mackenzie. Autor de textos didáticos de teoria e política econômica, entre eles o best-seller *Introdução à Economia*.